

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Julho/2017

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA****Concurso Público para provimento de cargos de
Defensor Público Substituto**Nome do Candidato
Caderno de Prova 'A01', Tipo 004Nº de Inscrição
MODELONº do Caderno
TIPO-004Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PRIMEIRA ETAPA
PROVA OBJETIVA****INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A educação conduz para melhoria da qualidade de vida do povo.

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 5 (cinco) horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

BLOCO I

Direito Constitucional

1. A respeito do princípio da proibição de retrocesso, considere:
- I. É considerado pela doutrina um princípio constitucional implícito.
 - II. A sua aplicação está restrita ao âmbito dos direitos sociais, não alcançando outros direitos fundamentais.
 - III. A vinculação ao referido princípio é restrita à figura do legislador, não alcançando outros poderes ou entes estatais.
 - IV. A sua fundamentação constitucional pode ser extraída, entre outros, dos princípios da dignidade da pessoa humana e da segurança jurídica, bem como das garantias constitucionais da propriedade, do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e IV.

2. No âmbito da interpretação constitucional, considere:
- I. Os postulados normativos não se confundem com os princípios e as regras, sendo qualificados como metanormas ou normas de segundo grau voltadas a estabelecer critérios para a aplicação de outras normas.
 - II. A mutação constitucional caracteriza-se, entre outros aspectos, pela alteração do significado de determinada norma da Constituição sem que tenha ocorrido qualquer modificação do seu texto.
 - III. O princípio da concordância prática objetiva, diante da hipótese de colisão entre direitos fundamentais, impedir o sacrifício total de um em relação ao outro, estabelecendo limites à restrição imposta ao direito fundamental subjugado, por meio, por exemplo, da proteção do núcleo essencial.
 - IV. O princípio da unidade da Constituição determina que a norma constitucional deva ser interpretada à luz de todo o sistema constitucional vigente, ou seja, na sua globalidade e de forma sistemática.

Está correto o que se afirma em

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

3. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 201.819/RJ, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a relatoria para o acórdão do Ministro Gilmar Mendes, decidiu acerca da impossibilidade de exclusão de sócio, por parte da União Brasileira de Compositores, sem garantia da ampla defesa e do contraditório. O caso em questão representa um *leading case* inovador da nossa Corte Constitucional atinente ao seguinte ponto da Teoria Geral dos Direitos Fundamentais:
- (A) Princípio da proibição de excesso.
 - (B) Núcleo essencial dos direitos fundamentais.
 - (C) Limites e restrições aos direitos fundamentais.
 - (D) Princípio da proibição de proteção insuficiente.
 - (E) Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas.

4. A Constituição Federal de 1988 inovou na consolidação de um Estado Social e Democrático de Direito, positivando inúmeros direitos sociais no seu texto. Sobre o tema, é correto afirmar:
- (A) Não é possível o reconhecimento de outros direitos sociais em sede constitucional para além daqueles expressamente arrolados no artigo 6º da Constituição Federal de 1988.
 - (B) As normas constitucionais que consagram direitos sociais possuem natureza estritamente programática.
 - (C) Não obstante os direitos sociais possuam natureza de direito fundamental, não é possível atribuir eficácia imediata aos mesmos a partir da norma constitucional, dependendo da intermediação do legislador infraconstitucional.
 - (D) Muito embora os direitos sociais não tenham sido consagrados expressamente no rol das cláusulas pétreas do nosso sistema constitucional, a doutrina majoritária sustenta que os mesmos estão incluídos neste rol.
 - (E) O direito à alimentação foi o último direito social a ser inserido no caput do artigo 6º da Constituição Federal de 1988, por meio da Emenda Constitucional nº 90/2015.



5. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:
- I. processar e julgar, originariamente, a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas ro-gatórias.
 - II. processar e julgar, originariamente, as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.
 - III. julgar, em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
 - IV. julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

6. Sobre o tema da nacionalidade na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:
- (A) Aos portugueses com residência permanente no País, ainda que não houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição.
 - (B) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de cinco anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
 - (C) É privativo de brasileiro nato o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
 - (E) São brasileiros natos nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, mesmo que estes estejam a serviço de seu país.

7. No que tange aos direitos políticos na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:
- (A) É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará, entre outros casos, na hipótese de condenação criminal em segundo grau de jurisdição, enquanto durarem seus efeitos.
 - (B) A ação de impugnação de mandato tramitará sem segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.
 - (C) É condição de legibilidade a idade mínima de trinta anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador.
 - (D) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
 - (E) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se imediatamente a todas as eleições futuras.

8. A respeito da distribuição de competência legislativa na Constituição Federal de 1988, compete
- (A) privativamente à União legislar sobre procedimentos em matéria processual.
 - (B) ao Município legislar concorrentemente sobre assistência jurídica e Defensoria Pública.
 - (C) privativamente à União legislar sobre produção e consumo.
 - (D) à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre desapropriação.
 - (E) à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção à infância e à juventude.

9. São bens da União, conforme dispõe expressamente a Constituição Federal de 1988:
- I. Os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
 - II. As ilhas oceânicas e costeiras, mesmo que estiverem no domínio dos Estados, Municípios ou terceiros.
 - III. As terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades quilombolas.
 - IV. As cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e III.



10. No que tange à Assistência Social na Constituição Federal de 1988, considere:

- I. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, mediante contribuição à seguridade social.
- II. A assistência social tem por objetivo a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
- III. As ações governamentais na área da assistência social serão organizadas com base na descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social.
- IV. É obrigatório aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

11. Sobre o tema do controle de constitucionalidade, considere:

- I. A cláusula de reserva de plenário estabelece que somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- II. Muito embora reconhecido em sede doutrinária e de direito comparado, o instituto do “estado de coisas inconstitucional” não foi objeto de consideração por parte do Supremo Tribunal Federal até o presente momento em nenhum dos seus julgados.
- III. Não é admitido o controle difuso de constitucionalidade no âmbito de ação civil pública de quaisquer leis ou atos do Poder Público, ainda que se trate de simples questão prejudicial indispensável à resolução do litígio principal.
- IV. As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

12. A respeito do regime jurídico estabelecido para a Ordem Econômica na Constituição Federal de 1988, considere:

- I. A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.
- II. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este indicativo para o setor público e determinante para o setor privado.
- III. A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.
- IV. As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II e III.



13. No julgamento histórico da ADI 4.277 e da ADPF 132, o Supremo Tribunal Federal reconheceu como constitucional a união estável entre pessoas do mesmo sexo. A respeito do tema, considere:
- I. O Supremo Tribunal Federal conferiu interpretação conforme à Constituição para excluir qualquer significado do artigo 1.723 do Código Civil que impossibilite o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar.
 - II. O Supremo Tribunal Federal reconheceu, na decisão em questão, a eficácia contramajoritária inerente aos direitos fundamentais.
 - III. O fundamento jurídico central que conduziu o julgamento diz respeito à adoção de ações estatais de natureza afirmativa.
 - IV. Além do princípio da dignidade da pessoa humana, também serviram de fundamento jurídico para a decisão adotada o direito à intimidade, o direito à igualdade e o direito a não discriminação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) II e IV.

14. A respeito do direito fundamental à assistência jurídica e do regime constitucional da Defensoria Pública na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, considere:

- I. O Supremo Tribunal Federal considera hipótese de “estado de coisas inconstitucional” a atribuição de legitimidade ao Ministério Público para o ajuizamento de ação civil *ex delicto*, nos termos do artigo 68 do Código de Processo Penal.
- II. Em que pese o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 3.943, tenha reconhecido a constitucionalidade da legitimidade atribuída à Defensoria Pública para a propositora de ação civil pública por meio de alteração na Lei nº 7.347/1985, a decisão adotou, na sua fundamentação, o conceito restritivo de necessitado, limitado ao aspecto econômico.
- III. É inconstitucional a celebração de qualquer convênio entre a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil para a prestação de assistência suplementar nos Estados em que a cobertura da instituição não alcança todas as localidades.
- IV. O Supremo Tribunal Federal já admitiu em alguns julgados o controle judicial de políticas públicas atinentes ao serviço público de assistência jurídica, inclusive no sentido de obrigar o Estado a adotar medidas prestacionais voltadas a assegurar a efetivação do direito fundamental à assistência jurídica de titularidade dos indivíduos e grupos sociais necessitados.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) IV.
- (B) III e IV.
- (C) I e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e IV.

15. A Emenda Constitucional nº 80/2014 representou importante marco no fortalecimento institucional da Defensoria Pública em sede constitucional. Considere as assertivas a seguir:

- I. No prazo de dez anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais.
- II. O número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população.
- III. A Emenda Constitucional nº 80/2014 consagrou a autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária das Defensorias Públicas Estaduais e Federal.
- IV. Muito embora sua importância em diversos aspectos, a Emenda Constitucional nº 80/2014 deixou de consagrar expressamente a atribuição da Defensoria Pública para promover a defesa dos direitos coletivos das pessoas necessitadas.

A respeito das inovações trazidas pela referida emenda, considerando também o que dispõe o artigo 98 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) II.

**Direito Administrativo**

16. A respeito do contrato administrativo, é correto afirmar:
- (A) Sua celebração é *intuitu personae* porque o contratado é, em tese, o que melhor comprovou condições de contratar com a Administração, fato que limita a subcontratação.
 - (B) O fato do príncipe, quando constatado, garante ao contratante a rescisão contratual sem direito à indenização.
 - (C) O equilíbrio econômico e financeiro é uma garantia exclusiva do contratado para com o contratante.
 - (D) Em decorrência da posição privilegiada da Administração não se aplica ao contrato administrativo a comutatividade.
 - (E) O contrato administrativo possui cláusulas exorbitantes que concede à administração poderes inerentes a um contrato civil.
-
17. A teoria do órgão foi inspirada na Doutrina de Otto Gierke e tem grande aplicabilidade no direito administrativo brasileiro. Com base nesta teoria, é correto afirmar:
- (A) A estruturação dos órgãos da Administração se submete ao princípio da reserva legal.
 - (B) Segundo Celso Antonio Bandeira de Mello, os órgãos seriam caracterizados pela teoria subjetiva, a qual corresponde às unidades funcionais da organização.
 - (C) A teoria tem aplicação concreta na hipótese da chamada função de fato. Desde que a atividade provenha de um órgão, não tem relevância o fato de ter sido exercida por um agente que não tenha a investidura legítima.
 - (D) É com base nestes ensinamentos que se discute desconcentração e descentralização, sendo aquela a criação de novas pessoas jurídicas e esta a criação de novos órgãos.
 - (E) A teoria do órgão se opõe ao princípio da imputação objetiva.
-
18. O tombamento é um instituto do direito administrativo brasileiro, sendo que a seu respeito é correto concluir que
- (A) o Poder Judiciário é o que tem a missão de desfazer o tombamento, quando for o caso.
 - (B) o bem tombado é bem que pode ser livremente transacionado, não aplicando-se ao Estado o direito de preferência.
 - (C) o tombamento será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos bens.
 - (D) o tombamento pode ser voluntário ou compulsório, naquele o agente consente com o tombamento, neste o instituto depende de intervenção judicial.
 - (E) não há tombamento instituído pelo texto constitucional.
-
19. Os atos administrativos podem ser produzidos em desrespeito às normas jurídicas e, nestes casos, é correto afirmar que
- (A) existe, no direito brasileiro, apenas duas formas de convalidação, a ratificação e a reforma.
 - (B) ainda que o ato tenha sido objeto de impugnação é possível falar-se em convalidação, com o objetivo de aplicar o princípio da eficiência.
 - (C) à vícios que podem ser sanados e, nestes casos, a convalidação terá efeitos *ex nunc*.
 - (D) a violação das normas jurídicas causa um vício que só pode ser corrigido com a edição de novo ato, pelo poder Judiciário.
 - (E) é possível convalidar atos com vício no objeto, ou conteúdo, mas apenas quando se tratar de conteúdo plúrimo.
-
20. No tema da remuneração dos servidores públicos, o Supremo Tribunal Federal, pela via dos RE 602.043 e RE 612.975, decidiu que
- (A) a acumulação de cargos, desde que estes sejam remunerados, isoladamente, em valor superior ao teto constitucional, permite ao servidor escolher a remuneração que lhe apetece.
 - (B) nos casos autorizados, constitucionalmente, de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público.
 - (C) ainda que se trate de vínculos provenientes de diferentes entes federados a incidência do teto será calculada de maneira única.
 - (D) o teto constitucional é aplicável a todos os servidores públicos, sendo indiferente a acumulação ou não de cargos, empregos ou funções.
 - (E) somente com autorização judicial é possível a acumulação de vencimentos, hipótese em que haverá a incidência do teto constitucional de maneira global, ou seja, cada indivíduo está submetido ao teto.

**Direitos Humanos**

21. Os Direitos Civis e Políticos foram reconhecidos no sistema global de direitos humanos pelo Pacto Internacional pelos Direitos Civis e Políticos. O Brasil é signatário deste pacto
- (A) sendo somente as comunicações interestaduais aplicadas em nosso país.
 - (B) que tem o direito de reunião pacífica consagrado e tornou-se um direito humano sem restrições.
 - (C) cujo primeiro protocolo facultativo tratou da abolição da pena de morte, protocolo este assinado pelo Estado Brasileiro, com a ressalva prevista em nosso texto constitucional.
 - (D) que entrou em vigor somente em 1976, após 35 ratificações.
 - (E) que, de maneira inovadora, já previu na sua origem o sistema de peticionamento individual ao Comitê.
-
22. O caso Favela Nova Brasília em que o Estado Brasileiro foi julgado perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, trata
- (A) do direito das minorias, especialmente negros e indígenas.
 - (B) do direito de petição e o acesso à justiça.
 - (C) de violações do direito à vida e à integridade física.
 - (D) do direito à moradia em condições precárias nas grandes cidades.
 - (E) da convivência entre o direito ao meio ambiente e a intervenção humana.
-
23. A aplicação de medidas provisórias pela Corte Interamericana de Direitos Humanos exige os seguintes requisitos:
- (A) a plausibilidade do direito alegado e a indicação da Comissão Interamericana.
 - (B) a gravidade, a plausibilidade e o pedido da parte interessada.
 - (C) o perigo da demora e a fumaça do bom direito.
 - (D) extrema gravidade, urgência e irreparabilidade do dano.
 - (E) a reversibilidade da decisão tomada e a urgência.
-
24. A federalização dos crimes contra os direitos humanos é uma ferramenta introduzida em nossa Constituição pelo poder constituinte reformador. Sobre esta moderna ferramenta, é correto afirmar:
- (A) Para que o incidente seja proposto há a necessidade de prévio esgotamento das vias ordinárias.
 - (B) O incidente de federalização só pode ser manuseado na fase processual, após a denúncia.
 - (C) O caso Manoel Mattos foi federalizado sob o fundamento de existência de grave violação a direitos humanos – é o primeiro caso do tipo no Brasil.
 - (D) O incidente de federalização pode ser proposto pelo interessado, pelo Procurador Geral da República e por qualquer Procurador Geral de Justiça.
 - (E) O incidente de federalização será processado perante o Supremo Tribunal Federal e terá cabimento em caso de grave violação de direitos humanos.
-
25. A proibição do retrocesso garante que direitos humanos conquistados não sejam reduzidos. Sobre o tema é INCORRETO afirmar:
- (A) Trata-se de uma decorrência do princípio da confiança e da segurança jurídica.
 - (B) A vedação ao retrocesso já foi utilizada pelo Supremo Tribunal Federal em matéria previdenciária, garantindo que direitos sociais não fossem alterados.
 - (C) A dignidade da pessoa humana é preservada, em uma de suas vertentes, pelo entrincheiramento.
 - (D) A vedação do retrocesso já foi aplicado em caso de direitos políticos, proibindo-se o retorno ao voto impresso.
 - (E) Para doutrina majoritária, a vedação ao retrocesso é garantido como cláusula pétrea (Artigo 60, Parágrafo 4º, inciso IV).



26. No processo perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos,
- (A) todas as fases serão públicas com o objetivo de constranger o Estado violador a respeitar os direitos humanos.
 - (B) em todo caso, é possível a edição de medidas cautelares contra o Estado violador, desde que este seja previamente ouvido.
 - (C) se o Estado não reconhecer a competência da Corte Interamericana será o caso de acionar, diretamente, o sistema global de proteção aos Direitos Humanos.
 - (D) se não houver conciliação o caso será submetido, em até 3 meses, à Corte interamericana.
 - (E) superada a fase de admissibilidade, terá início a fase conciliatória em que se buscará a solução amigável ao litígio, sendo um exemplo concreto o caso Emasculados do Maranhão.
-
27. Nos tratados de direitos humanos previstos na Proteção dos refugiados,
- (A) o refugiado também é aquele que não quer voltar a seu país em virtude de fundado temor de perseguição.
 - (B) no Brasil, há restrições ao trabalho assalariado de refugiados em decorrência de reservas feitas pelo nosso país ao mencionado Estatuto.
 - (C) o direito de associação é restrito às entidades nacionais, sendo vedada uma associação exclusiva de refugiados.
 - (D) o Estatuto do Refugiado não tem normas a respeito da aquisição de propriedade imóvel.
 - (E) a assistência jurídica, nestes casos, depende de intervenção da embaixada do país de origem.
-
28. A Lei nº 12.986/2014 criou o Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, a qual afirma que
- (A) o conselho pode suspender o repasse de verbas, auxílios ou subvenções a entidades comprovadamente responsáveis por condutas ou situações contrárias aos direitos humanos.
 - (B) o conselho tem atribuição de realizar ou determinar diligências investigatórias, inclusive inspeções, e tomar depoimentos de autoridades e agentes federais, estaduais e municipais.
 - (C) o conselho não terá poder de Requisição e, sempre que necessário, solicitará a requisição ao Ministro da Justiça.
 - (D) o CONDEGE terá assento permanente no CNDH.
 - (E) as Defensorias Públicas estarão presentes através de um membro da Defensoria Pública da União.
-
29. Recentemente foi admitido, perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o caso Luiza Melinho que tratou, de maneira principal, do direito
- (A) ao contraditório e a ampla defesa.
 - (B) à integridade física e não sujeição à tortura.
 - (C) à realização de cirurgia de afirmação sexual.
 - (D) à saúde de criança autista.
 - (E) à moradia e ao meio ambiente saudável.
-
30. A respeito do requisito do prévio esgotamento das vias ordinárias é INCORRETO afirmar:
- (A) O requisito só será preenchido se o agente fizer uso de todos os recursos internos, inclusive recurso extraordinário e especial.
 - (B) Se já existir decisão de corte superior contrária à ação, o prévio esgotamento poderá ser superado.
 - (C) A ausência de uma Defensoria Pública aparelhada é um dos elementos que podem influenciar no não esgotamento das vias ordinárias.
 - (D) Se houver atraso injustificado no julgamento do feito, o registro já estará satisfeito.
 - (E) A parte não tem o dever de requerer a federalização como requisito do prévio esgotamento.

**Direito da Execução Penal**

31. Sobre a assistência na execução penal, é correto afirmar:
- (A) Assistência religiosa viola a laicidade do Estado, tendo sido reconhecida sua não recepção pela Constituição de 1988 segundo o Supremo Tribunal Federal.
 - (B) A assistência educacional na Lei de Execução Penal prevê o princípio da universalização, bem como modalidade de ensino de educação de jovens e adultos – EJA.
 - (C) É vedada a assistência à saúde fora do estabelecimento prisional no regime fechado.
 - (D) A assistência humanitária por meio de organizações não governamentais de direitos humanos tem previsão expressa na Lei de Execução Penal, sendo garantida mediante autorização judicial.
 - (E) Ao contrário das Regras de Mandela, a Lei de Execução Penal prevê no âmbito da assistência à saúde a atuação psicológica, que, no entanto, não tem a garantia da confidencialidade e pode ser utilizada em exames criminológicos.
-
32. Sobre o acesso à água no sistema prisional,
- (A) a Lei de Execução Penal garante o acesso à água para fins de higiene pessoal na temperatura apropriada ao clima da região em que a pessoa está presa.
 - (B) o suprimento do fornecimento de água por meio dos familiares dos presos não configura irregularidade no funcionamento do estabelecimento prisional, pois o fim pode ser atingido.
 - (C) as Regras de Mandela preveem o direito de todo preso a ter acesso a água sempre que necessitar como parte do direito à alimentação, mencionando expressamente a qualidade de água potável.
 - (D) em recente decisão, o STJ afirmou que o acesso à água aquecida para banho é uma questão administrativa, que não pode ser pleiteada por via de ação civil pública.
 - (E) ao contrário da dieta alimentar, a redução do acesso à água potável é permitida de modo excepcional pelas Regras de Mandela, desde que não configure ausência completa do fornecimento.
-
33. O “Indulto do Dia das Mães” (Decreto Presidencial de 12 de abril de 2017),
- (A) não trouxe hipóteses de comutação, assim como Decreto nº 8.940/16 (indulto de 2016).
 - (B) vedou a concessão do indulto pelo juiz do processo de conhecimento, mesmo em caso de tráfico privilegiado em que a sentença condenatória tenha transitado em julgado para a acusação.
 - (C) trouxe pela primeira vez uma diferenciação entre homens e mulheres para a concessão do indulto, sendo um marco para a efetiva consideração do gênero no sistema penal.
 - (D) vedou o indulto a mulheres que estejam respondendo a processo pela prática de crime cometido mediante violência ou grave ameaça.
 - (E) previu hipóteses diferenciadas para mães que possuam filhos até 12 anos, mas deixou de avançar na questão das avós, que não tiveram previsão expressa no Decreto.
-
34. NÃO sofrem influência da reincidência e da hediondez do crime na execução penal os seguintes direitos:
- (A) Comutação e saída temporária.
 - (B) Indulto e autorização de saída.
 - (C) Progressão de regime e saída temporária.
 - (D) Livramento condicional e remição.
 - (E) Remição e permissão de saída.

Direito da Criança e do Adolescente

35. Sem considerar a interpretação mais flexível eventualmente dada pela jurisprudência aos dispositivos que regem o instituto da adoção, é regra hoje prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente que
- (A) a adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer antes do início do procedimento.
 - (B) para adoção conjunta, é indispensável, no mínimo, que os adotantes sejam ou tenham sido casados civilmente ou que mantenham ou tenham mantido união estável.
 - (C) se um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do outro, rompem-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou concubino do adotante e os respectivos parentes.
 - (D) a adoção internacional pressupõe a intervenção de organismos nacionais e estrangeiros, devidamente credenciados, encarregados de intermediar pedidos de habilitação à adoção internacional.
 - (E) a guarda de fato autoriza, por si só, a dispensa do estágio de convivência.



36. Sobre as medidas socioeducativas, conforme expressamente regulamentadas em lei, é correto afirmar que a
- (A) liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para proteger adolescentes cujos direitos se encontram violados ou ameaçados em razão da própria conduta.
 - (B) semiliberdade é fixada por tempo indeterminado, reavaliada no máximo a cada seis meses e implica profissionalização obrigatória do adolescente.
 - (C) advertência não implica, em qualquer hipótese, o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedente.
 - (D) obrigação de reparar o dano consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral atribuídas, conforme suas aptidões, ao adolescente autor de ato infracional com reflexos patrimoniais.
 - (E) prestação de serviços à comunidade deve ser fixada por um prazo mínimo de seis meses e com jornada semanal não inferior a oito horas.
-
37. Dentre as atribuições específicas que lhe são expressas na lei, ao Conselho Tutelar cabe
- (A) zelar por sua autonomia, apresentando anualmente proposta orçamentária do órgão ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a quem deve prestar contas de suas atividades.
 - (B) fiscalizar o cumprimento das portarias judiciais relacionadas ao acesso de crianças e adolescentes desacompanhados de seus pais a espetáculos públicos.
 - (C) aplicar medida de encaminhamento a tratamento psicológico ao professor que utilizar de castigo físico como forma de disciplina de crianças que sejam suas alunas.
 - (D) coordenar a elaboração e fiscalizar a execução dos planos individuais de atendimento de crianças cujo acolhimento institucional foi por ele deliberado.
 - (E) executar suas decisões, aplicando sanções administrativas em caso de obstrução de sua ação.
-
38. A remissão, no âmbito do Direito da Criança e do Adolescente, conforme regulada pela lei vigente,
- (A) trata de benefício cujo efeito é abreviar o prazo de reavaliação da medida socioeducativa aplicada a adolescente autor de ato infracional.
 - (B) deve ser aplicada em casos de atos infracionais anteriores praticados por adolescente que concluiu o cumprimento de medida socioeducativa de internação aplicada por ato posterior.
 - (C) pode ser revista judicialmente, a qualquer tempo, de ofício ou mediante pedido expresso do adolescente ou do Ministério Público.
 - (D) pressupõe a existência de provas suficientes de autoria e materialidade sempre que incluir a aplicação de medida socioeducativa de liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade.
 - (E) pode ser concedida pelo representante do Ministério Público ou pela Justiça da Infância e Juventude.
-
39. Mãe faz uso problemático de drogas, tem consigo um filho de sete anos com deficiência intelectual e não dispõe de renda nem, no momento, de local para morar. Nesse caso, dentre os serviços públicos elegíveis para atendimento e benefícios assistenciais passíveis de concessão para atender as necessidades desta família e de seus membros, encontram-se, conforme denominados e definidos na normativa federal que rege as diversas políticas setoriais:
- (A) o Acolhimento Familiar para mãe e filho, Centro de Atenção Psicossocial e pré-escola para o filho, Incentivo de Inserção Produtiva para a mãe.
 - (B) o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas para a mãe, Benefício da Prestação Continuada para o filho, programas de transferência de renda e de acolhimento institucional para a família.
 - (C) o Programa de Volta para Casa e benefício de transferência de renda para a família, Serviço Residencial Terapêutico para o filho e Serviço de Acolhimento em República para mãe e filho.
 - (D) a Residência Terapêutica para a mãe, Residência Inclusiva para o filho, Benefício de Amparo Socioassistencial e Bolsa de Inclusão Produtiva para a mãe e a família.
 - (E) a Unidade de Amparo Comunitário-Terapêutico para a mãe, acolhimento institucional especializado para crianças e adolescentes com deficiência para o filho e Verba de Apoio Habitacional Provisório para a família.
-
40. Sobre as audiências concentradas nas Varas da Infância e Juventude, conforme disciplinadas no Provimento 32 da Corregedoria Nacional de Justiça, é correto afirmar que
- (A) delas devem participar pais e/ou parentes da criança ou adolescente acolhido ou, na sua ausência, pretendentes à adoção desde que devidamente habilitados e cadastrados.
 - (B) visam concentrar, num único ato processual, as fases postulatória e instrutória do procedimento de afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar.
 - (C) devem ser realizadas semestralmente para reavaliar a necessidade de manutenção de todos os casos de crianças e adolescentes privados de liberdade ou do convívio familiar e comunitário.
 - (D) são realizadas para reavaliação das medidas protetivas de acolhimento e tomada de medidas efetivas que visem abreviar o período de institucionalização.
 - (E) destinam-se à homologação judicial do plano individual de atendimento elaborado no curso da execução das medidas de acolhimento institucional, acolhimento familiar, internação e semiliberdade.

**BLOCO II****Direito Civil**

41. Cleber procura a defensoria pública porque no dia 13 de junho de 2017 recebeu uma intimação que lhe determinava o pagamento, sob pena de prisão de pensão alimentícia devida a seu filho Caio, fixada em um terço do salário mínimo, referente ao mês de dezembro de 2016 e os que se vencerem no curso da demanda. Cleber informou que deixou de pagar a pensão em dezembro de 2016, porque o seu filho alcançou a maioridade em novembro do mesmo ano e, desde então, cessou os pagamentos. Informou ainda que, atualmente, está desempregado, mas só tem condições de pagar, no máximo, três parcelas vencidas. Diante desta situação hipotética, é correto afirmar que a cobrança é:
- (A) devida e apenas a situação de desemprego ou a possibilidade do pagamento só das três últimas parcelas anteriores ao ajuizamento da ação não são suficientes para ilidir a possibilidade de prisão.
 - (B) devida, mas o fato de estar desempregado é justificativa suficiente para afastar a possibilidade de expedição de mandado de prisão.
 - (C) devida, mas o pagamento das três últimas parcelas ilide a possibilidade de expedição de mandado de prisão.
 - (D) indevida, uma vez que o alimentando alcançou a maioridade, cessando o dever de prestar alimentos.
 - (E) indevida, uma vez que o alimentante cobrou o pagamento de um único mês em atraso com pedido de prisão civil do alimentante.
-
42. Cláudio, adolescente de quinze anos, é filho de Marilda – que detém a sua guarda unilateral – e Gilberto – que exerce o direito de visitas de forma alternada aos fins de semana. Cláudio foi dormir na residência de seu genitor e aproveitou que este estava dormindo, apossou-se das chaves do veículo de seu genitor e saiu pelas ruas de Florianópolis. Em alta velocidade, perdeu o controle do veículo e acabou atropelando pedestres. A responsabilidade pelos danos causados
- (A) é objetiva em relação a ambos os genitores em razão do exercício do poder familiar, não havendo cogitar-se de responsabilidade e submissão do patrimônio do incapaz em qualquer hipótese ou direito de regresso dos genitores contra o filho.
 - (B) recai exclusivamente sobre o patrimônio do genitor, uma vez que, a despeito de não ser o guardião, permanece com o poder familiar e tinha o incapaz em sua companhia, respondendo objetivamente pela conduta de seu filho incapaz.
 - (C) pode recair sobre o patrimônio do incapaz, desde que seus responsáveis não disponham de meios suficientes para indenizar os danos por ele causados.
 - (D) recai sobre o genitor que responde apenas se comprovada sua culpa *in vigilando*, relacionada ao zelo com a guarda das chaves do veículo e supervisão das atividades do filho, ao passo que a genitora responde de forma objetiva, por ser a guardiã do incapaz.
 - (E) é objetiva com relação a ambos os genitores, em razão do exercício do poder familiar, de modo que será o patrimônio de ambos os genitores alcançado, independentemente de prova de sua culpa, cabendo a eles o direito de regresso contra o filho.
-
43. A Lei de Registros Públicos – Lei nº 6.015/1973 permite expressamente a modificação do nome de uma pessoa natural, dentre outras, na hipótese de
- (A) modificação do prenome mediante requerimento do interessado no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, mesmo que venha a prejudicar os apelidos de família.
 - (B) requerimento judicial de averbação do nome de família de seu padrasto ou de sua madrasta, desde que haja expressa concordância destes.
 - (C) requerimento extrajudicial de alteração de prenome suscetível de expor ao ridículo o seu portador.
 - (D) pessoa transexual, independentemente da realização de cirurgia de redesignação sexual.
 - (E) pessoa transexual, somente depois de comprovar a realização de cirurgia de redesignação sexual.
-
44. Roberto viveu em união estável com Paula durante 10 (dez) anos, quando angariaram um patrimônio comum de 80 mil reais e tiveram quatro filhos. Não realizaram pacto de convivência, porque entendiam desnecessário, na medida que não tinham bens adquiridos antes do início da convivência. Roberto faleceu no dia 25 de junho de 2017 e a companheira supérstite procura a defensoria pública para saber qual o quinhão que lhe cabe. Para que responda corretamente e em consonância com o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito da sucessão do companheiro, o defensor público deverá informá-la que ela tem direito
- (A) a 16 mil reais a título de herança em concurso com os filhos comuns, mas não tem direito à meação.
 - (B) a 20 mil reais a título de herança em concurso com os filhos comuns, mas não tem direito à meação.
 - (C) a 40 mil reais a título de meação, além de 10 mil de herança em concurso com os filhos comuns.
 - (D) a 40 mil reais a título de meação, além de 8 mil de herança em concurso com os filhos comuns.
 - (E) a 40 mil reais a título de meação, mas não tem direito à herança em concurso com os filhos comuns.



45. Sobre o direito das obrigações,
- (A) se no contrato for estipulado o direito de arrependimento para qualquer das partes, as arras terão função indenizatória, cabendo ao prejudicado pleitear indenização suplementar caso comprove prejuízos superiores ao valor das arras.
 - (B) em caso de previsão expressa no contrato de solidariedade passiva, o devedor poderá se valer das exceções pessoais de qualquer dos coobrigados.
 - (C) para que ocorra a transmissão de crédito, não é necessário o consentimento do devedor, mas a sua notificação é exigida para a eficácia do negócio em relação a ele.
 - (D) para que a consignação tenha força de pagamento e surta eficácia liberatória, é exigida a anuência do consignatário.
 - (E) no caso de assunção de dívida, o novo devedor poderá opor ao credor as exceções pessoais referentes ao devedor primitivo.

46. Considere as assertivas abaixo a respeito dos requisitos para a usucapião familiar, inserida no Código Civil pela Lei nº 12.424/2011.
- I. boa-fé e justo título.
 - II. posse ininterrupta e sem oposição pelo prazo de dois anos.
 - III. posse direta e com exclusividade sobre imóvel urbano de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).
 - IV. usucapiente não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
 - V. o usucapiente seja proprietário de parte do imóvel juntamente com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) II, IV e V.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) II, III, IV e V.
 - (D) I, II, IV e V.
 - (E) I, II, III e IV.
47. Luiz comparece à defensoria pública dizendo e comprovando com documentos que assinou contrato de promessa de compra de imóvel, por meio de instrumento público devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis e sem previsão de cláusula de arrependimento, com empresa de habitação social. Ele reside no imóvel há três anos; o imóvel tem 150 m² e Luiz não é titular de qualquer outro bem imóvel. Diante desta situação, Luiz
- (A) ainda não pode ser considerado proprietário, mas somente conseguirá obter a propriedade se continuar morando no imóvel por mais dois anos, ininterruptamente, quando adimplirá todos os requisitos para a usucapião especial urbana.
 - (B) tem direito meramente contratual, mas poderá opor perante terceiros, uma vez que o registro do contrato por meio instrumento público em cartório faz com que o direito obrigacional tenha eficácia *erga omnes*.
 - (C) é o verdadeiro proprietário do imóvel, uma vez que o contrato foi feito por instrumento público e devidamente registrado em cartório, circunstância suficiente para a transferência da titularidade do imóvel.
 - (D) ainda não pode ser considerado proprietário, mas terá direito real à aquisição do imóvel, inclusive mediante adjudicação compulsória.
 - (E) tem direito meramente contratual e inoponível perante terceiros, pois ainda não houve a outorga da escritura definitiva da compra e venda.

48. O casamento realizado por pessoa com deficiência mental ou intelectual em idade núbil mas expressando sua vontade diretamente e o casamento do incapaz de consentir ou manifestar de modo inequívoco o consentimento é, respectivamente,
- (A) válido e inexistente.
 - (B) válido e anulável.
 - (C) anulável e inexistente.
 - (D) nulo e nulo.
 - (E) nulo e anulável.



49. De acordo com as disposições do Código Civil, modificado pela Medida Provisória nº 759, o direito de laje
- (A) permite a coexistência de unidade autônomas de titularidades distintas situadas em uma mesma área, dando ensejo à abertura de matrícula própria para cada uma das unidades.
 - (B) é aplicável às edificações e conjuntos de edificações construídos sob a forma de unidades isoladas entre si (condomínio edilício).
 - (C) pode ser alienado ou gravado livremente por seu titular, permitindo-se ao adquirente a inclusão de uma única sobrelevação sucessiva.
 - (D) se projeta mediante fração ideal sobre o terreno onde se situa ou sobre outras áreas anteriormente edificadas.
 - (E) é aplicável na hipótese de locação ou comodato de unidade edificada sobre a superfície da construção originalmente edificada sobre o solo.
-
50. A modificação da posse, pela denominada "*interversio possessionis*", ocorre:
- (A) quando há divisão no exercício da posse entre posse direta e indireta, cada qual exercida por pessoa distinta, excluídas as hipóteses de tença.
 - (B) quando a posse se converte em propriedade por meio da usucapião, em qualquer de suas modalidades.
 - (C) quando uma posse exercida licitamente de forma inicial, vem a ter modificada a sua natureza, se o possuidor direto manifestar oposição inequívoca ao possuidor indireto, tendo por efeito a caracterização do *animus dominum*.
 - (D) quando o possuidor lança mão dos interditos possessórios para assegurar o exercício de sua posse, dentro de ano e dia.
 - (E) nas hipóteses de autotutela da posse, ou seja: o desforço imediato ou a legítima defesa da posse, desde que exercida imediatamente e por meios moderados.
-
51. Sobre tutela, curatela e tomada de decisão apoiada, é correto afirmar:
- (A) caso algum ascendente do menor se recuse a exercer a sua tutela, o juiz sempre poderá nomeá-lo com ou sem a sua anuência.
 - (B) o tutor pode, com autorização judicial, dispor de bens do menor a título gratuito.
 - (C) a curatela é instituto social de proteção dos absolutamente incapazes para a prática de atos da vida civil.
 - (D) a tomada de decisão apoiada pode ser requerida pela pessoa com deficiência ou por qualquer das pessoas legitimadas para promover a interdição.
 - (E) para que o apoiador seja desligado a seu pedido do processo de tomada de decisão apoiada, é imprescindível a manifestação judicial sobre o pedido.
-
52. Bruno se casou aos 20 anos com Luiza, em regime da comunhão parcial de bens; eles viveram maritalmente por aproximadamente quinze anos, mas vieram a se separar de fato, sem formalizar a separação e nunca se divorciaram. Há dois anos, Bruno estava convivendo com Maria Eduarda. Recentemente, Bruno, que nunca teve filhos e não deixou testamento, veio a falecer, deixando como ascendentes a sua mãe e seus avós paternos ainda vivos. Diante deste cenário hipotético, Luiza
- (A) por não ser mais considerada cônjuge do falecido, não será a sua herdeira; Maria Eduarda tem direito à meação dos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, e o restante ficará como herança para a genitora de Bruno, excluídos os avós paternos.
 - (B) embora seja cônjuge do falecido, não será sua herdeira; Maria Eduarda terá direito à meação dos bens adquiridos onerosamente na constância da união estável e concorrerá em partes iguais com a genitora do autor da herança e com os avós paternos, que herdarão por stirpe e em representação ao filho pré-morto.
 - (C) embora seja cônjuge do falecido, não será sua herdeira; Maria Eduarda terá direito à meação dos bens adquiridos onerosamente na constância da união estável, mas não poderá concorrer com a genitora do autor da herança com relação aos bens que teve meação.
 - (D) por ser cônjuge do falecido, será sua única herdeira, excluindo a genitora e os avós paternos de Bruno, além de Maria Eduarda, uma vez que não há constituição válida de união estável diante da existência impedimento matrimonial.
 - (E) embora seja cônjuge do falecido, não será sua herdeira; Maria Eduarda terá direito à meação dos bens adquiridos onerosamente na constância da união estável e concorrerá em partes iguais com a genitora do autor da herança, ficando metade para cada uma delas e excluídos os avós.

Direito Processual Civil

53. A respeito da sentença, da fundamentação das decisões judiciais e da coisa julgada na sistemática do atual Código de Processo Civil,
- (A) o atual conceito de sentença é finalístico, pois leva em consideração exclusivamente o efeito do ato, ou seja, somente pode ser sentença o ato do juiz que coloca fim ao processo ou à fase cognitiva do procedimento comum.
 - (B) denomina-se coisa julgada material a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.
 - (C) a autoridade da coisa julgada somente se estende às questões decididas no dispositivo de uma decisão de mérito, não alcançando os motivos que determinaram o julgamento.
 - (D) a decisão que concede tutela de urgência concedida em caráter antecedente, caso não seja impugnada tempestivamente, produz coisa julgada e só pode ser afastada por meio de ação rescisória, no prazo de dois anos.
 - (E) a fundamentação referenciada (*per relationem*) é autorizada expressamente pelo novo Código de Processo Civil, desde que emanada da mesma autoridade julgadora.

54. Na hipótese de ser concedida gratuidade da justiça quando do recebimento da petição inicial, o réu poderá impugnar esta decisão
- (A) em preliminar de contestação, sem a instauração de incidente apartado.
 - (B) por agravo de instrumento, sob pena de preclusão.
 - (C) mediante petição própria que instaura incidente apartado de impugnação à concessão da gratuidade da justiça.
 - (D) por simples petição, no prazo de quinze dias a partir da data da citação, sob pena de preclusão.
 - (E) por simples petição e a qualquer tempo do processo, uma vez que o deferimento da gratuidade não gera preclusão.

55. A respeito do direito probatório à luz das disposições do Novo Código de Processo Civil, considere as assertivas abaixo.
- I. É inadmissível a prova de negócios jurídicos de valor superior a 10 salários mínimos por meio de prova exclusivamente testemunhal.
 - II. Quando a lei exige expressamente forma escrita para a prova de um determinado negócio jurídico, é possível suprir a ausência deste documento por meio de prova testemunhal se houver início de prova escrita.
 - III. Quando a lei exige instrumento público como da essência do ato, outro meio de prova não poderá ser utilizado.
 - IV. Quando a perícia for solicitada por parte beneficiária da justiça gratuita, ela deverá ser custeada com recursos alocados no orçamento do ente público ou por meio de recursos do fundo de custeio da Defensoria Pública.
 - V. A parte que impugnar a autenticidade de um documento tem o ônus de comprovar a falsidade por ele arguida.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e V.
 - (B) II e III.
 - (C) II, III e V.
 - (D) I e II.
 - (E) III e IV.
56. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o consumidor pode exigir judicialmente a exibição de contrato bancário
- (A) como forma de produção antecipada de provas, de modo que é imprescindível que demonstre a urgência do pedido, caracterizada pelo fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação.
 - (B) desde que comprove de forma inequívoca a existência de relação jurídica com o fornecedor, fato que não é objeto de inversão legal do ônus da prova, mas não cabe ao consumidor o ônus de provar que houve recusa injustificada ou pagamento de taxa, em razão dos princípios protetivos consumeristas.
 - (C) com fundamento nas regras protetivas das relações consumeristas, de modo que não cabe ao consumidor a prova da existência de relação jurídica com o fornecedor, por se tratar de hipótese que impõe a inversão do ônus do prova.
 - (D) desde que demonstre interesse processual, caracterizado somente se o consumidor provar a existência da relação jurídica, o pedido administrativo válido, o pagamento da taxa correspondente, além da recusa injustificada por parte do fornecedor.
 - (E) desde que comprove a existência de relação jurídica com o fornecedor e a recusa injustificada por parte deste, mas é abusiva a exigência de pagamento de taxa, cabendo ao Poder Judiciário requisitar a apresentação do documento independentemente do pagamento de taxa.



57. De acordo com o entendimento jurisprudencial consolidado em Súmula não revogada pelo Superior Tribunal de Justiça:
- (A) é impenhorável o único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família.
 - (B) para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula.
 - (C) em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente, é indispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula.
 - (D) é inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação.
 - (E) é nula a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação.
-
58. João Haroldo procura a defensoria pública com a finalidade de deduzir pretensão de danos materiais e morais em face de uma empresa de cartões de crédito e do banco que comercializa o cartão, em razão de cobranças indevidas. O defensor ajuíza, por meio eletrônico, petição inicial que segue o procedimento comum. A empresa de cartões foi citada, sendo a carta com aviso de recebimento juntada aos autos no dia 23 de janeiro de 2017 (segunda-feira). O banco, por seu turno, foi citado e houve juntada do comprovante postal no dia 02 de fevereiro de 2017 (quinta-feira). No dia 1º de março de 2017 (quarta-feira), a empresa de cartões protocolou petição manifestando desinteresse na realização de audiência de tentativa de conciliação. Em 12 de maio de 2017 (sexta-feira), ocorreu a audiência de tentativa de conciliação, que contou com a participação do autor e do banco, ausente a administradora de cartões, sendo ao final infrutífera a tentativa de autocomposição. Os demandados contam com advogados de escritórios distintos. Considerando os prazos previstos no atual CPC, considerando a situação hipotética de inexistência de qualquer feriado (nacional ou local) no decurso do prazo, é correto dizer que o último dia do prazo para a resposta da administradora de cartões foi
- (A) 22 de março de 2017.
 - (B) 23 de junho de 2017.
 - (C) 13 de fevereiro de 2017.
 - (D) 2 de junho de 2017.
 - (E) 23 de fevereiro de 2017.
-
59. O autor de uma ação deixou de comparecer à audiência de tentativa de conciliação, razão pela qual o juiz impôs-lhe multa. Diante desta decisão,
- (A) há previsão expressa de cabimento de apelação contra tal decisão, de modo que cabe ao interessado o ônus de recorrer no prazo de quinze dias a partir da intimação da decisão que impôs a multa, sob pena de preclusão.
 - (B) não há previsão expressa de recurso imediato, mas não haverá preclusão imediatamente, de modo que a questão poderá ser suscitada em preliminar de apelação contra a decisão final, ou nas contrarrazões.
 - (C) é irrecorrível e, assim, também não se submete a preclusão e pode ser revista em qualquer momento do processo, inclusive em recursos ordinários, por meio de simples petição.
 - (D) há previsão expressa de cabimento de agravo de instrumento, de modo que cabe ao interessado o ônus de recorrer no prazo de quinze dias a partir da intimação desta decisão, sob pena de preclusão.
 - (E) não há previsão expressa de recurso imediato, mas não haverá preclusão, de modo que a decisão poderá ser suscitada em preliminar de apelação contra a decisão final e desde que esta seja desfavorável ao autor.
-
60. De acordo com as disposições do novo Código de Processo Civil, quanto ao inventário,
- (A) o juiz deve remeter às vias ordinárias a análise de questões que demandam qualquer outro meio de prova que não seja a documental.
 - (B) é vedada a nomeação de herdeiro menor como inventariante.
 - (C) o foro da situação dos bens imóveis é estabelecido como regra geral de competência para promover o inventário.
 - (D) o juiz determinará, de ofício, que se inicie o inventário, se nenhum dos legitimados o requerer no prazo legal.
 - (E) na sucessão testamentária pode ser realizada extrajudicialmente o inventário, mesmo havendo herdeiros incapazes.

**Direito do Consumidor e Direitos Difusos e Coletivos**

61. A respeito dos institutos jurídicos da decadência e da prescrição no Código de Defesa do Consumidor, considere:
- I. Prescreve em três anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço.
 - II. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
 - III. A contagem do prazo prescricional da pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço inicia-se a partir do conhecimento do dano e de sua autonomia.
 - IV. Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

62. No plano legislativo, o primeiro diploma a atribuir expressamente legitimidade à Defensoria Pública para a propositura de ação civil pública foi a

- (A) Lei nº 11.448/2007.
- (B) Lei nº 8.078/1990.
- (C) Constituição Federal de 1988, a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004.
- (D) Lei Complementar nº 80/94, por meio da reforma promovida pela Lei Complementar nº 132/2009.
- (E) Lei nº 7.347/1985, desde a sua edição original.

63. De acordo com a regulamentação para as ações coletivas no Código de Defesa do Consumidor:

- I. Decorrido o prazo de um ano sem habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano, poderão os legitimados para a propositura da ação coletiva promover a liquidação e execução da indenização devida.
- II. O produto da indenização devida reverterá para o Fundo criado pela Lei da Ação Civil Pública.
- III. O Código de Defesa do Consumidor reconhece expressamente a legitimidade da Defensoria Pública para a propositura de ação coletiva em defesa dos consumidores.
- IV. Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

64. Em que pese a polêmica durante a sua tramitação e alguns retrocessos trazidos em comparação à legislação florestal precedente, o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) consagrou expressamente alguns institutos jurídicos importantes, entre os quais:

- I. Relatório de qualidade do meio ambiente.
- II. Natureza real (ou *propter rem*) das obrigações de preservação e restauração da vegetação nativa da área de preservação permanente e da reserva legal.
- III. Pagamento por serviços ambientais.
- IV. Seguro ambiental florestal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

**BLOCO III****Direito Penal**

65. Com relação às medidas de segurança e sua relação com a Lei nº 10.216/2001 – Lei Antimanicomial:
- (A) A desinternação condicional foi uma inovação da Lei Antimanicomial, que passou a ter aplicação prática a despeito do regime do Código Penal, que apenas permite a desinternação com a cessação da periculosidade atestada por perícia médica.
 - (B) A despeito do conflito de regimes entre o Código Penal e a Lei Antimanicomial, nas duas leis garante-se expressamente o direito da pessoa sob tratamento de ter acesso aos meios de comunicação disponíveis e de sigilo nas informações prestadas.
 - (C) O Código Penal dispõe que na falta de vaga em estabelecimento hospitalar, a pessoa deve aguardar a vaga em presídio comum, ao contrário da Lei Antimanicomial que veda expressamente tal possibilidade em observação à dignidade humana.
 - (D) O Código Penal só permite a perícia médica do internado uma vez por ano, ao contrário da Lei Antimanicomial que prevê avaliações constantes em benefício da pessoa sob tratamento, que pode ter sua melhora constatada em período inferior a um ano.
 - (E) O Código Penal estabelece a internação do imputável como regra, ao contrário da Lei Antimanicomial que só a indica quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.
-
66. Sobre o *iter criminis*, é correto afirmar:
- (A) A aferição do início do ato de execução do crime independe do elemento subjetivo do tipo.
 - (B) O Código Penal brasileiro adota a teoria subjetiva pura na aferição do início do ato de execução.
 - (C) A Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/2016) prevê a punição de atos preparatórios de terrorismo quando realizado com o propósito inequívoco de consumir o delito.
 - (D) A punição da tentativa de crime culposo depende de expressa previsão legal.
 - (E) Em verdadeira regressão garantista, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que a posse mansa e pacífica é necessária à consumação do roubo.
-
67. Sobre a determinação do regime inicial de cumprimento de pena, é correto afirmar:
- (A) A hediondez do crime não permite a determinação do regime inicial fechado para todos os casos, mas deve ser observada na determinação do regime inicial.
 - (B) Os crimes cometidos com violência contra a pessoa impedem a determinação do regime inicial aberto.
 - (C) A análise judicial das consequências do crime é irrelevante para a determinação do regime inicial de cumprimento de pena, pois é circunstância que já pode aumentar a pena-base.
 - (D) Os crimes contra a honra, por serem punidos com detenção, impedem a aplicação do regime inicial fechado, mesmo em caso de reincidência.
 - (E) É possível a aplicação do regime inicial semiaberto para pena superior a quatro anos no caso de réu reincidente, a depender do tempo de prisão provisória cumprida por ele até a sentença.
-
68. Sobre o regime da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), é correto afirmar:
- (A) A natureza e a quantidade da droga não podem ser utilizadas simultaneamente para justificar o aumento da pena-base e afastar a redução prevista no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006, sob pena de caracterizar *bis in idem*.
 - (B) A natureza da pena do crime de posse de drogas para uso pessoal dispensa a realização de laudo de constatação da substância para aferir a tipicidade da conduta.
 - (C) A despeito do recente entendimento do Supremo Tribunal Federal com relação ao tráfico privilegiado, os crimes de tráfico de drogas (art. 33, *caput*) e de associação para o tráfico (art. 35) continuam equiparados aos hediondos.
 - (D) A tipo de tráfico de drogas (art. 33, *caput*) só se consuma com a efetiva venda da substância entorpecente.
 - (E) A proximidade de presídio, escola e hospital configura circunstância agravante a ser considerada na segunda fase de aplicação da pena.
-
69. Sobre a suspensão condicional da pena
- (A) a revogação do *sursis* depende de condenação irrecorrível por crime cometido durante o período de prova, não se aplicando em caso de contravenção penal.
 - (B) o *sursis* pode ser recusado pelo réu, caso entenda que é mais benéfico o cumprimento de pena em regime aberto por tempo menor do que o da suspensão da pena.
 - (C) é incabível nos casos de crimes cometidos com violência ou grave ameaça contra a pessoa.
 - (D) em caso de aplicação cumulativa de pena privativa de liberdade e pena de multa, ambas são objeto de suspensão, quando aplicado o *sursis*.
 - (E) o *sursis* humanitário pode ser aplicado nos casos de condenação não superior a quatro anos, por razões de saúde, ficando a pena suspensa por seis a oito anos.



70. Sobre a criminologia positivista:

- (A) Ficou consagrada nos Estados Unidos com a obra *Delinquent Boys*, de Albert Cohen.
- (B) Foi a primeira manifestação de ruptura com a criminologia do consenso do Iluminismo.
- (C) A despeito da metodologia correta, os resultados de Lombroso não foram corretos.
- (D) Sua recepção no Brasil teve ressonância principalmente nos estudos das tribos indígenas e suas relações criminosas.
- (E) No Brasil seu desenvolvimento reforçou cientificamente o racismo.

71. Sobre a prescrição, é correto afirmar:

- (A) O prazo prescricional das contravenções penais é diminuído da metade.
- (B) O prazo da prescrição da pretensão punitiva aumenta de um terço em caso de réu reincidente.
- (C) O menor prazo prescricional do direito brasileiro é de três anos.
- (D) A pronúncia e o acórdão confirmatório da pronúncia interrompem a prescrição.
- (E) No estupro de vulnerável o termo inicial da prescrição da executória punitiva começa a correr da data em que a vítima completar dezoito anos.

72. Sobre o dolo, é correto afirmar:

- (A) O dolo requer o pleno conhecimento dos elementos do tipo subjetivo, além da vontade de realizá-lo.
- (B) A teoria da imputação objetiva limita os casos em que o dolo é excessivo e pode aumentar a pena do réu diante do risco criado.
- (C) O momento do dolo não precisa coincidir com o momento da execução da ação, existindo validamente nas figuras do dolo antecedente e subsequente.
- (D) O aspecto cognitivo do dolo antepõe-se sempre ao volitivo.
- (E) Os tipos omissivos prescindem da verificação do dolo.

73. Sobre a teorias da pena, é correto afirmar:

- (A) O exame criminológico cumpre o projeto ressocializador determinado pelo ordenamento jurídico, pois permite a aferição concreta desta função da pena.
- (B) A prevenção especial positiva relaciona-se com a concepção etiológica de crime.
- (C) A Lei de Crimes Hediondos comprovou na prática seus objetivos declarados de prevenção geral negativa.
- (D) A implementação de um programa de direitos humanos nos presídios brasileiros passa pela implementação das ideias de prevenção geral positiva.
- (E) As funções de prevenção e retribuição do delito são realizadas no direito brasileiro, pois estão previstas expressamente no Código Penal.

74. Sobre a política criminal e penitenciária brasileira nas últimas duas décadas,

- (A) medidas de combate à corrupção têm mudado significativamente o perfil da população prisional brasileira, reduzindo a seletividade do sistema penal.
- (B) a política de construção de presídios tem se mostrado ineficiente na redução da superlotação prisional.
- (C) a implementação de medidas descarcerizadoras resultou em sensível redução da criminalidade e na melhora dos presídios.
- (D) a utilização da justiça restaurativa na solução de conflitos penitenciários aumentou o poder das facções prisionais.
- (E) o encarceramento feminino cresceu em virtude da falta de investimentos em presídios que considerem a questão de gênero.

75. Sobre o sistema penal e a questão racial, é correto afirmar:

- (A) A criminalização secundária do racismo no Brasil conseguiu reverter o quadro histórico do preconceito na sociedade brasileira.
- (B) A injúria racial impede a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.
- (C) O racismo é característica estrutural do processo de criminalização secundária no Brasil.
- (D) A despeito do grande número de pessoas negras presas no Brasil, não se pode afirmar que o sistema penal brasileiro atue de forma discriminatória em virtude dos princípios constitucionais.
- (E) Apesar da previsão constitucional de imprescritibilidade do crime de racismo, sua aplicação prática é inócua diante da falta criminalização primária dos crimes de racismo.

76. A teoria do *labelling approach*

- (A) também é conhecida como teoria da anomia e exerceu forte influência sobre o funcionalismo penal.
- (B) possui uma perspectiva transdisciplinar na discussão da questão urbana e da ecologia criminal.
- (C) surge no Reino Unido na década de 1950 em reação à teoria da associação diferencial.
- (D) tem o interacionismo simbólico na sociologia como forte influência para seu desenvolvimento em ruptura aos modelos de consenso até então imperantes na criminologia.
- (E) tem sua raiz na sociologia marxista do conflito.

**Direito Processual Penal**

77. A prisão domiciliar, regulada no Código de Processo Penal,
- (A) teve suas hipóteses alteradas pelo Estatuto da Primeira Infância, passando a permitir sua concessão em qualquer tempo de gravidez, desde que comprovada a inadequação concreta do estabelecimento prisional.
 - (B) depende, a sua aplicação, da ausência dos requisitos de cautelaridade da prisão preventiva para ser aplicada.
 - (C) é cabível para todas as pessoas idosas, pois as condições de aprisionamento são notoriamente prejudiciais à saúde dessas pessoas.
 - (D) é cumprida em Casa de Albergado e apenas na falta de vagas é cumprida na residência do acusado.
 - (E) é substitutiva da prisão preventiva e seu tempo de cumprimento será detraído do tempo de pena imposta na sentença.
-
78. Sobre a revelia no processo penal, é correto afirmar:
- (A) Em caso de três tentativas frustradas de intimação em horário comercial no endereço fornecido pelo réu, fica evidenciada a sua ocultação e a revelia deve ser decretada.
 - (B) Se o réu regularmente intimado da audiência de instrução, debates e julgamento não comparecer sem motivo justificado será considerado revel.
 - (C) Se o réu citado não apresentar resposta à acusação será considerado revel, mas não presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela acusação.
 - (D) É inaplicável aos processos iniciados mediante o oferecimento de queixa.
 - (E) O réu assistido pela Defensoria Pública não poderá ser declarado revel, sob pena de violação do princípio da ampla defesa.
-
79. Sobre a suspensão condicional do processo, é correto afirmar:
- (A) É cabível a suspensão condicional do processo em caso de desclassificação pelo juiz que resulte em tipificação de crime cuja pena mínima cominada seja igual ou inferior a um ano.
 - (B) Os Tribunais Superiores divergem quanto ao cabimento da suspensão condicional do processo nos crimes submetidos à Lei Maria da Penha.
 - (C) As condições a que fica submetido o acusado estão expressamente previstas em lei, sendo vedada a imposição de outras sob pena de violação ao princípio da legalidade processual penal.
 - (D) A revogação da suspensão condicional do processo só é possível em virtude de condenação definitiva por crime cometido durante o período de prova, sob pena de violação ao estado constitucional de inocência.
 - (E) Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em caso de concurso de crimes, a pena deve ser considerada separadamente para fins de aplicação da suspensão condicional do processo, sendo vedada a soma das penas mínimas para tanto.
-
80. Sobre a revisão criminal, é correto afirmar:
- (A) Em caso de necessidade de produção de nova prova testemunhal para subsidiar a revisão criminal, o ajuizamento de justificação criminal é o meio adequado.
 - (B) Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, falta capacidade postulatória ao réu que cumpre pena em regime aberto para propositura de revisão criminal.
 - (C) Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a vedação à sustentação oral constitui mera irregularidade, incapaz de anular o julgamento da revisão criminal.
 - (D) A competência para julgamento de revisão criminal em face de decisão do Juizado Especial Criminal é do Tribunal de Justiça.
 - (E) A soberania do veredicto do Tribunal do Júri impede a desconstituição da sentença por meio de revisão criminal.



81. É cabível a interposição de embargos infringentes e de nulidade em face de
- (A) decisão que denega pedido de revisão criminal por maioria.
 - (B) acórdão não unânime que julga improcedente recurso em sentido estrito interposto pela defesa para reconhecer a extinção da punibilidade do réu.
 - (C) acórdão que julga improcedente agravo em execução interposto pelo Ministério Público contra decisão que concedeu indulto ao sentenciado.
 - (D) decisão não unânime que julga apelação em processo de competência do Juizado Especial Criminal.
 - (E) decisão não unânime do Tribunal de Justiça que denega *habeas corpus*.
-
82. Em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher,
- (A) é vedada a atuação de assistente de acusação para a vítima, pois a Lei Maria da Penha já prevê a assistência jurídica à vítima em todos os atos do processo.
 - (B) é incabível o uso de *habeas corpus* em face de decisão que concede medida protetiva de urgência em favor da mulher, pois a medida não tem natureza penal contra o acusado.
 - (C) a ação penal nos crimes submetidos à Lei Maria da Penha será pública incondicionada.
 - (D) a Lei Maria da Penha permite a decretação da prisão preventiva de ofício pelo juiz no curso do inquérito policial.
 - (E) conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, as contravenções penais não se submetem ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, aplicando-se os institutos da Lei nº 9.099/95.
-
83. Sobre as medidas cautelares diversas da prisão, é correto afirmar:
- (A) A medida cautelar de proibição de manter contato com determinada pessoa é vedada a crimes que não estejam submetidos à Lei Maria da Penha.
 - (B) a verificação da situação econômica do preso para fins de dispensa de fiança deve vir acompanhada de prova robusta produzida em juízo, mesmo em caso de pessoa assistida pela Defensoria Pública.
 - (C) É vedada a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão de maneira cumulativa, sob pena de violação ao princípio da proporcionalidade.
 - (D) Se ao receber o auto de prisão em flagrante o juiz verificar de plano que é o caso de aplicação de uma medida cautelar diversa da prisão, pode dispensar a realização da audiência de custódia, pois o resultado é benéfico ao investigado.
 - (E) Em caso de descumprimento de medidas cautelares diversas da prisão, o Código de Processo Penal prevê expressamente que a decretação da prisão preventiva só deve ocorrer em último caso.
-
84. Sobre os recursos no processo penal:
- (A) A apresentação de razões de apelação pela defesa fora do prazo legal impede o conhecimento do recurso, ainda que tempestivamente interposto.
 - (B) O órgão do Ministério Público pode renunciar ao recurso de apelação, a despeito da indisponibilidade da ação penal pública.
 - (C) É cabível mandado de segurança para conferir efeito suspensivo a recurso em sentido estrito interposto contra decisão que concede prisão domiciliar à acusada.
 - (D) Com o advento do Novo Código de Processo Civil entende-se que não mais existe o juízo de retratação no recurso em sentido estrito.
 - (E) Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é cabível a interposição de recurso ordinário em *habeas corpus* em face de acórdão que julga procedente recurso em sentido estrito da acusação.

**BLOCO IV****Princípios e Atribuições Institucionais da Defensoria Pública**

85. A Lei Complementar Federal nº 132/2009 alterou alguns dispositivos da Lei Complementar Federal nº 80/1994. Dentre elas, identifica-se a alteração:
- (A) no exercício da advocacia, quando, então, passou a ser vedado.
 - (B) na oitiva do membro na condição de testemunha, quando passou a se prever a prerrogativa de ajustar previamente com a autoridade competente dia, hora e local para o ato.
 - (C) nos pedidos de remoção por permuta, quando passou a ser exigido o respeito à antiguidade dos demais membros e a ampla divulgação de tais pedidos.
 - (D) na promoção dos membros da carreira, incluindo-se a possibilidade de ascensão pelo merecimento.
 - (E) no afastamento para estudo ou missão, quando este passou a ser autorizado pelo Defensor Público-Geral e não mais pelo Conselho Superior da instituição.
-
86. Segundo a Lei Complementar Estadual nº 575/2012, do Estado de Santa Catarina, são órgãos da administração superior da Defensoria Pública:
- (A) os Núcleos Especializados, a Corregedoria-Geral e a Ouvidoria-Geral.
 - (B) a Defensoria Pública-Geral, o Conselho Superior e a Subdefensoria Pública-Geral.
 - (C) o Conselho Superior, a Defensoria Pública-Geral e os Núcleos Especializados.
 - (D) a Defensoria Pública-Geral, a Ouvidoria-Geral e a Corregedoria-Geral.
 - (E) o Conselho Superior, os Núcleos Especializados e os Núcleos Regionais.
-
87. A lei orgânica da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina prevê a pena de remoção compulsória do Defensor Público, expressamente,
- (A) quando a falta praticada, apurada em processo disciplinar, verse sobre fato que coloque em risco a integridade física do membro ou a credibilidade da instituição.
 - (B) caso a falta praticada tenha acarretado dano irreparável ao usuário da instituição.
 - (C) quando reconhecida sua culpa em processo disciplinar que envolva falta de urbanidade com juiz de direito ou promotor de justiça da Comarca em que atua.
 - (D) caso a falta praticada, por sua gravidade e repercussão, tornar incompatível sua permanência no órgão de atuação de sua lotação.
 - (E) quando haja manifesto interesse público na efetivação da remoção, com indispensável parecer a ser emitido pelo Conselho Superior.
-
88. Deixar de patrocinar a ação quando esta for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, comunicando seus fundamentos ao Defensor Público Geral, caracteriza a prerrogativa do Defensor Público de
- (A) independência hierárquica.
 - (B) livre convencimento motivado.
 - (C) independência funcional.
 - (D) autonomia institucional.
 - (E) autonomia administrativa.
-
89. São considerados princípios institucionais pela Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina:
- (A) a inamovibilidade, a estabilidade e a concessão do prazo em dobro.
 - (B) a estabilidade, a unicidade e a independência funcional.
 - (C) a indivisibilidade, a inamovibilidade e a unidade.
 - (D) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
 - (E) a independência funcional, a estabilidade e a indivisibilidade.



90. De acordo com a Resolução do Conselho Superior da Defensoria Pública de Santa Catarina nº 61/2016, que dispõe sobre seu Regimento Interno,
- (A) o pedido de vista de autos de processo que tramite pelo Conselho Superior pode ser realizado por qualquer Conselheiro, tendo este que devolver os autos após duas sessões regulares.
 - (B) o Conselheiro poderá abster-se de votar por até três vezes sem qualquer fundamento, não computados os casos de impedimento ou suspeição.
 - (C) a distribuição dos expedientes aos Conselheiros relatores será realizada pelo Presidente do Conselho Superior.
 - (D) ao decano do Conselho Superior compete instituir comissões temáticas no âmbito do órgão colegiado, compostas por Defensores e servidores da Defensoria Pública.
 - (E) ao Conselho Superior cabe aprovar a proposta orçamentária anual da Defensoria Pública do Estado.
-
91. Na XIV Conferência Judicial Ibero-Americana, ocorrida em 2008, foi produzido um texto que ficou conhecido como as Regras de Brasília sobre Acesso à Justiça das Pessoas em Condições de Vulnerabilidade. Para além de reflexões a respeito do efetivo acesso à justiça pela população vulnerável, o texto trouxe também recomendações aos órgãos públicos e aos operadores do sistema judicial que intervêm na produção desse acesso. Dentre as ações, medidas e direitos previstos, está:
- (A) não fomentar resolução alternativa de conflito quando se tratar de pessoa vulnerável, a fim de não minimizar a proteção judicial em seu entorno.
 - (B) não informar a vítima sobre a soltura de réu objeto de sua denúncia, a fim de garantir a integridade física e psíquica de ambas as partes.
 - (C) fazer uso de intérpretes quando a pessoa estrangeira não conhece a língua oficial.
 - (D) diminuir a oralidade das ações judiciais, garantindo a formalidade necessária à preservação da segurança jurídica.
 - (E) impedir a antecipação de prova nos casos de pessoas vulneráveis, sendo esta ação ainda mais gravosa quando se trata deste público.
-
92. Ao decidir, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI nº 4.163, que qualquer política pública que desvie pessoas ou verbas para outra entidade, com o mesmo objetivo de prestar assistência jurídica gratuita, em prejuízo da Defensoria, insulta a Constituição da República, reforçou o modelo
- (A) público de assistência jurídica gratuita.
 - (B) de custos *vulnerabilis*.
 - (C) de prestação de assistência jurídica suplementar e subsidiária.
 - (D) da proteção à hipervulnerabilidade.
 - (E) misto de assistência jurídica gratuita.
-
93. A Defensoria Pública, com a Emenda Constitucional nº 80, de 2014, ganhou Seção própria no Capítulo IV do Título IV da Constituição Federal. Dentre as alterações promovidas, tornou-se indiscutível a
- (A) inamovibilidade de seus membros.
 - (B) iniciativa do Defensor Público-Geral para elaborar sua proposta orçamentária.
 - (C) independência funcional de seus membros.
 - (D) fundamentação em todas as decisões administrativas de seus membros.
 - (E) obrigatoriedade de, no mínimo, três anos de atividade jurídica para ingresso à carreira de Defensor Público.
-
94. A respeito do processo administrativo disciplinar, no âmbito da Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina,
- (A) não será instaurado procedimento disciplinar com base unicamente em denúncia anônima.
 - (B) o expediente de averiguação preliminar, instaurado pelo Corregedor-Geral para casos de pouca ou média gravidade, terá caráter meramente informativo, visando apurar melhor a denúncia com a oitiva pormenorizada do denunciante.
 - (C) compete ao Corregedor-Geral instaurar sindicâncias e processo administrativo disciplinar contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado.
 - (D) a sindicância e o processo administrativo disciplinar são públicos, salvo se alegada, de forma fundamentada, a preservação à imagem do sindicato ou processado.
 - (E) ao Corregedor-Geral cabe o arquivamento do expediente de averiguação, da sindicância e do processo administrativo disciplinar, caso não constatada a falta disciplinar.

**Sociologia Jurídica e Filosofia Jurídica**

95. Para Max Weber, a legitimação da obediência corresponde a três tipos “puros” – “tradição”, “carisma” e “legalidade”. A “legalidade”, é entendida como
- (A) domínio do “dom da graça” dos poderosos.
 - (B) finalidade: reconhecer direitos naturais.
 - (C) domínio com base na repressão penal.
 - (D) fé nos estatutos legais e na competência baseada em regras.
 - (E) sinônimo de indiferença aos fatos.
-
96. Na obra “O Ordenamento Jurídico”, Santi Romano sustenta que
- (A) o direito traduz a pluralidade da natureza (naturalismo pluralista).
 - (B) cada instituição caracteriza um ordenamento distinto (pluralismo institucional).
 - (C) todo direito emana do Estado (monismo estatal).
 - (D) a ordem internacional forma o ordenamento jurídico (monismo institucional-internacional).
 - (E) ordenamento é o conjunto das normas postas (positivismo institucional).
-
97. A “Teoria do Ordenamento Jurídico”, para Norberto Bobbio, implica que
- (A) os princípios são tão importantes quanto as regras.
 - (B) o ordenamento jurídico regula o comportamento das pessoas e o modo de produção das regras.
 - (C) as fontes do direito brotam da natureza.
 - (D) o ordenamento jurídico regula apenas o comportamento das pessoas.
 - (E) o ordenamento jurídico regula apenas o modo de produção das regras.
-
98. Tércio Sampaio Ferraz Jr. afirma que a “jurisprudência romana”
- (A) tinha visão instrumental, premial e promocional do direito.
 - (B) ordenava os casos dentro de um sistema prévio de considerações vinculadas.
 - (C) tinha pretensões artísticas.
 - (D) levava a sério a atividade dos juristas como científica.
 - (E) tinha teorizações ligadas à práxis jurídica.
-
99. Causalidade e imputação são descritos por Hans Kelsen como princípios
- (A) inerentes, respectivamente, às ciências naturais e sociais.
 - (B) ambos independentes dos atos de um ser humano.
 - (C) idênticos, pois ambos descrevem a normatividade jurídica.
 - (D) resultantes da junção entre fatos, valores e normas.
 - (E) de hierarquização relacional entre as normas jurídicas.
-
100. O “Panóptico de Bentham”, descrito por Foucault em “Vigiar e Punir”, tem por efeito importante
- (A) controlar o poder punitivo.
 - (B) proteger os direitos humanos dos detentos.
 - (C) assegurar o funcionamento automático do poder.
 - (D) oferecer instrumentos de persecução penal célere.
 - (E) desconstruir as técnicas e instrumentos de repressão.